

## **Ensino de Sociologia e Cidadania: o uso de estatutos sociais em sala de aula com estudantes do Ensino Médio-Integrado**

*Enseñanza de Sociología y Ciudadanía: el uso de estatutos sociales en el aula con estudiantes de Secundaria Integrada*

**Manoela Vieira Neutzling<sup>1</sup>**

### **Resumo**

O trabalho consiste no relato de experiência de uma atividade de ensino-aprendizagem desenvolvida no Ensino de Sociologia no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) num Campus do Instituto Federal Sul-rio-grandense, enquanto professora substituta de Sociologia na instituição no período de 2021-2023. O objetivo do relato consiste em apresentar a metodologia, os recursos utilizados com as turmas do Terceiro Ano dos cursos técnicos na modalidade integrada e uma breve discussão teórica que embasou a prática docente, a fim de compartilhar a experiência e práticas educativas, como um momento de reflexão sobre a ação pedagógica no âmbito do ensino. As turmas na qual foi desenvolvida a experiência relatada envolvia estudantes com faixa etária entre 18 e 19 anos. A perspectiva teórica que embasou a atividade envolveu FREIRE (1999); BELL HOOKS (2017); MARSCHALL (1967); CARVALHO (2021) e DYE (2005). Os materiais utilizados como recurso pedagógico foram o Estatuto da Juventude (Lei Nº 12.852/2013); o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015); o Estatuto do Idoso (Lei Nº 10.741/2003) e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei Nº 12.288/2010). Os materiais foram disponibilizados aos estudantes em sala de aula para que pudessem conhecer e manusear os documentos de modo a tornar mais concreto as discussões e o aprendizado em torno dos conteúdos de cidadania; direitos civis, políticos e sociais; e das políticas públicas. Além disso, foram realizadas uma roda de conversa e uma atividade complementar sobre os estatutos abordados no encontro. O manuseio dos materiais físicos possibilitou o contato, a aproximação com as legislações, assim como o conhecimento de seus direitos e onde os mesmos estão previstos para que possam exercer uma cidadania plena e não apenas formal.

Palavras-Chave: Cidadania; Ensino de Sociologia; Estatutos; Experiência; Recurso Pedagógico

### **Resumen**

El trabajo consiste en un relato de experiencia de una actividad de enseñanza-aprendizaje desarrollada en la Enseñanza de Sociología en la Educación Básica, Técnica y Tecnológica (EBTT) en un Campus del Instituto Federal Sul-rio-grandense, como docente suplente de Sociología en la institución durante el periodo 2021-2023. El objetivo del informe es presentar la metodología, los recursos utilizados con las clases de Tercer Año de los cursos técnicos en la modalidad integrada y una breve discusión teórica que sustentó la práctica docente, con el fin de compartir la experiencia y prácticas educativas, como un momento de reflexión sobre la acción pedagógica en el contexto de la enseñanza. Las clases en las que se desarrolló la experiencia relatada involucraron a estudiantes con edades entre 18 y 19 años. La perspectiva teórica que sustentó la actividad involucró a FREIRE (1999); ganchos para campanas (2017); MARSCHALL (1967); CARVALHO (2021) y

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia; Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS/UFPel; Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil; [manoelaneutzling@gmail.com](mailto:manoelaneutzling@gmail.com)

TINTE (2005). Los materiales utilizados como recurso pedagógico fueron el Estatuto de la Juventud (Ley nº 12.852/2013); el Estatuto de las Personas con Discapacidad (Ley Nº 13.146/2015); el Estatuto de las Personas Mayores (Ley Nº 10.741/2003) y el Estatuto de Igualdad Racial (Ley Nº 12.288/2010). Los materiales fueron puestos a disposición de los estudiantes en el aula para que pudieran familiarizarse y manejar los documentos con el fin de concretar las discusiones y aprendizajes en torno a contenidos de ciudadanía; derechos civiles, políticos y sociales; y políticas públicas. Además, se realizó un círculo de conversación y una actividad complementaria sobre los estatutos discutidos en la reunión. El manejo de materiales físicos les permitió entrar en contacto con la legislación, así como tomar conciencia de sus derechos y dónde están previstos para que puedan ejercer una ciudadanía plena y no sólo una ciudadanía formal.

Palabras claves: Ciudadanía; Enseñanza de Sociología; Estatutos; Experiencia; Recurso Pedagógico

## **1. Introdução**

O relato de experiência apresentado é fruto da experiência docente como professora substituta de Sociologia num campus do Instituto Federal Sul-rio-grandense com turmas do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) na modalidade de Ensino Médio-Integrado. O objetivo do trabalho consiste em apresentar um relato de experiência no qual é abordado o uso de Estatutos Sociais como recurso pedagógico a fim de compartilhar a experiência e práticas educativas no âmbito do Ensino de Sociologia na educação básica. As turmas na qual foi desenvolvida a experiência relatada estavam vinculadas aos Cursos de Sistemas de Energia Renováveis, Eletroeletrônica e Informática para Internet e eram constituídas de jovens com faixa etária entre 18 e 19 anos. A proposta metodológica foi desenvolvida e utilizada no ano letivo de 2022 e envolveu 55 discentes.

A perspectiva teórica que embasou a atividade envolveu FREIRE (1999; 1983); bell hooks (2017); MARSCHALL (1967); CARVALHO (2021) e DYE (2005). Enquanto o diálogo com a perspectiva freiriana e de bell hooks auxiliaram na construção teórico-metodológica, os conteúdos abordados foram retirados das contribuições dos demais autores que concentraram seus estudos no âmbito da cidadania, democracia e políticas públicas. Os materiais utilizados como recurso pedagógico foram o Estatuto da Juventude (Lei Nº 12.852/2013); o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015); o Estatuto do Idoso (Lei Nº 10.741/2003) e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei Nº 12.288/2010). Os materiais foram disponibilizados aos estudantes em sala de aula para que pudessem conhecer e manusear os documentos de modo a tornar mais concreto as discussões e o aprendizado em torno dos conteúdos de cidadania; direitos civis, políticos e sociais; e das políticas públicas. Também foi realizada uma roda de conversa em sala de aula.

O relato de experiência está organizado em dois tópicos, além desta introdução e da conclusão. Na primeira sessão é apresentada considerações sobre a prática educacional por meio da utilização de estatutos no Ensino de Sociologia, e em seguida, discorre-se em torno das reflexões teórico-metodológicas sobre o uso de estatutos como recurso metodológico na sala de aula.

## **2. O uso de estatutos no Ensino de Sociologia: considerações sobre a prática educacional**

A experiência docente durante o período de 2021-2023 foi constituída de uma vivência no contexto do ensino remoto emergencial (BRASIL, 2020) em função da Pandemia de Covid-19 e no presencial, após retomada das atividades na instituição. A fim de conhecer melhor as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem foi disponibilizado na

Plataforma do Moodle um Formulário do Google para que as(os) estudantes respondessem algumas perguntas. Foram obtidas 57 respostas (referente às três turmas, no período letivo de 2021). A última pergunta consistia na seguinte questão: “Você tem alguma sugestão para os encontros síncronos e/ou atividades assíncronas (Sociologia)?”. A maioria respondeu “não” e apenas cinco pessoas se manifestaram positivamente ao enunciado e fizeram as seguintes sugestões: “*A minha sugestão (que deu super certo em outra matéria) é que a gente consiga expor a nossa opinião, que tenha perguntas que a gente possa responder de acordo com o nosso dia-a-dia. E abordar temas pra gente conversar mais entre si e se conhecer*” (ESTUDANTE A - TURMA INFO); “*Eu gosto de fazer trabalhos curtos de pesquisa, por exemplo dar um tema para pesquisar e escrever sobre ele :)*” (ESTUDANTE B - TURMA INFO); “*Mais debates entre a opinião de cada pessoa (sempre respeitando a opinião do outro), acho que seria uma boa ideia para a senhora nos conhecer melhor e para que todos também acabem conhecendo o colega*” (ESTUDANTE C - ELETRO); “*Acho que o normal mesmo, trabalhos que precisam de bastante pesquisa e tal, acho que é uma das melhores formas para aprender*”. (ESTUDANTE D - SER); “*Debates; desafios onde existe a necessidade de exposição das nossas ideias são importantes nessa área do conhecimento (e nos ajudaria a memorizar o conteúdo) [...]*” (ESTUDANTE E - TURMA INFO). Ao seguir trabalhando com as turmas no ano letivo de 2022, após a retoma do ensino presencial, retornei às sugestões indicadas no formulário e planejei a atividade com o objetivo de promover o diálogo por meio da roda de conversa de maneira articulada aos conteúdos abordados anteriormente e com o uso dos Estatutos como recurso pedagógico.

Durante o semestre letivo foram abordados diversos conteúdos referentes a Unidade “Cidadania” e os subtópicos sobre a historicidade da ideia de cidadania; os Direitos políticos, sociais e civis; Cidadania e movimentos sociais, dentre outros temas correlatos. A fim de aproximar as discussões teóricas e o conhecimento produzido pelo campo da Ciências Sociais e, neste contexto, sua interface entre a Sociologia e a Ciência Política, buscou-se recursos que pudessem aproximar as(os) discentes dos conteúdos trabalhados até aquele momento.

Foi então disponibilizado aos estudantes para consulta exemplares dos seguintes estatutos: Estatuto da Juventude; Estatuto da Pessoa com Deficiência; Estatuto da Pessoa Idosa e Estatuto da Igualdade Racial. Os materiais haviam sido elaborados pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e estavam disponíveis na biblioteca do Campus.

Inicialmente foi apresentado a proposta pedagógica do encontro e as(os) discentes foram convidados a escolher um dos materiais dispostos na sala. Em seguida, as(os) presentes foram orientadas(os) a apresentar aos demais colegas o motivo da escolha da legislação e, finalmente, escolher um dos capítulos e/ou incisos dos documentos para lerem em voz alto aos demais colegas. Considerando o contexto de retorno ao ensino presencial, a atividade também visava promover a interação entre os colegas, incentivar a participação e expressão oral dos mesmos e estimular que relacionassem seus interesses pelos direitos previstos nos materiais aos seus contextos de vida. O contato direto com os estatutos e a possibilidade de manuseá-los, teve como objetivo promover uma experiência direta das(os) jovens com a “materialização” e “institucionalização” dos diversos direitos que haviam sido abordados ao longo do semestre, assim como sobre o processos histórico da sua constituição no mundo e no Brasil (MARSCHALL, 1967; CARVALHO, 2021).

Por meio da atividade, também foi atendido às sugestões enviadas aos formulários no qual aqueles que apresentavam alguma sugestão indicavam a discussão e atividades de debates para que pudessem expressar seus pensamentos em relação aos temas abordados. Atenta a perspectiva de bell hooks (2017) e em concordância com sua preocupação de valorizar a experiência das(os) educandos em sala de aula de modo articulado com a teoria

sociológica, foi proporcionado aos estudantes um espaço em que os mesmos pudessem falar sobre como as temáticas estavam relacionadas aos seus interesses pessoais e com sua trajetória de vida e, ao mesmo tempo, dialogasse com os conteúdos abordados nas aulas anteriores (direitos civis, políticos ou sociais e cidadania). Ademais, buscou-se contribuir para a garantia de uma cidadania plena e não apenas formal em que a juventude soubesse "teoricamente" sobre quais são os seus direitos, mas não conseguissem compreendê-los na prática nas políticas públicas e demais serviços garantidos pelo Estado em seus territórios de moradia. Através da roda de conversa também foram discutidas demandas não atendidas ou negligenciadas pelo poder público local que vieram à tona na narrativa das juventudes, e ao mesmo tempo, contribui para que pudessem superar pré-noções em torno do Estado e das políticas públicas, por vezes desconhecidas pelos sujeitos de direitos, conforme alguns relatos feitos na sala de aula.



Figura 1 - Foto do Estatuto da Juventude, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto do Idoso e Estatuto da Igualdade Racial.

Fonte: Elaborado pela autora

### **3. Reflexões teórico-metodológicas sobre o uso de estatutos na sala de aula**

A atividade desenvolvida em sala de aula visava promover uma pedagogia engajada (hooks, 2017). Nas palavras da autora:

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo. [...] É produtivo, muitas vezes, que os próprios professores sejam os primeiros a correrem o risco, ligando as narrativas confessionais às discussões acadêmicas para mostrar de que modo a experiência pode iluminar e ampliar nossa compreensão do material acadêmico (HOOKS, 2017, p. 35).

Desse modo, foi propiciado aos discentes uma experiência articulada entre a teoria e o conteúdo programático e suas experiências de vida de modo a valorizá-las. Conforme explica Hooks (2017, p. 114) “essa estratégia pedagógica se baseia no pressuposto de que todos nós levamos à sala de aula um conhecimento que vem da experiência e que esse conhecimento pode, de fato, melhorar nossa experiência de aprendizado”. A experiência é valorizada e articulada com a teoria a fim de proporcionar aos estudantes o aprofundamento dos temas e conteúdos que devem ser compreendidos numa perspectiva dialógica (FREIRE, 1983). Ressalta-se que a proposta visava superar a dicotomia “teoria *versus* prática” ao reconhecer que ambas as dimensões são relacionais e estão fortemente imbricadas.

Também buscou-se promover uma atitude crítica sobre os conteúdos abordados de modo que pudessem compreendê-los relacionados aos seus cotidianos e a sua condição juvenil, estudantil, de etnia/raça, de modo a perceberem-se como sujeitos de direitos contribuindo para a efetivação de uma cidadania plena no qual conhecem seus direitos de

modo não meramente formal, uma vez que precisavam ser ativos no processo de aprendizado e não meros receptores de informação. “Os professores que abraçam o desafio da auto realização serão capazes de criar práticas pedagógicas que envolvam os alunos, proporcionando-lhes maneiras de saber que aumentem sua capacidade de viver profunda e plenamente” (HOOKS, 2017, p. 36).

#### **4. Conclusões**

Por meio do relato de experiência, buscou-se relatar uma atividade desenvolvida na aula de Sociologia com estudantes do Ensino Médio-Integrado. Entende-se que uso do Estatuto da juventude, Estatuto do Idoso, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Estatuto da Igualdade Racial pode ser uma estratégia abordada também por outros docentes em suas aulas numa perspectiva de educação cidadã e de pedagogia engajada.

A utilização dos estatutos como recursos pedagógicos promoveu, para muitos, o contato pela primeira vez com os Estatutos e direitos previstos para os diversos grupos sociais, dos quais muitos faziam parte ou seus familiares. Vários discentes manifestaram o desconhecimento sobre a existência dos Estatuto da Juventude e da Igualdade Racial, por exemplo, de modo que a maioria sabia da existência apenas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O manuseio dos materiais físicos possibilitou o contato, a aproximação com as legislações, o conhecimento de seus direitos e onde os mesmos estão previstos para que possam exercer uma cidadania plena e não apenas formal.

A atividade realizada com as turmas envolveu a utilização de dois períodos (1 hora e 30 minutos) favorecendo a realização desse modelo de atividade. Reitera-se que em turmas com apenas um período de 45 minutos a atividade seria prejudicada sendo necessário repensar outras estratégias metodológicas.

#### **Referências**

beel hooks. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2 ed, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. 283 p. (Obra completa)

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Diretrizes para o desenvolvimento de atividades pedagógicas não presenciais no IFSul adotadas em razão da pandemia (COVID-19). Pelotas, 2020. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/> . Acesso em: 20 ago. 2021.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 219-29

DYE, Thomas R. (2005). Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In *Heidemann, F. G.; Salm, J. F.* (2010). *Políticas Públicas e Desenvolvimento*. Brasília: Editora UnB.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Os direitos sociais do século XX. In: *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 87-106.